

## **“A Veneravel Ordem Terceira desta villa de Sines” - Fontes para o seu estudo no Arquivo Histórico Arnaldo Soledade (III)**

Pela informação constante dos Annaes do Município, a Ordem Terceira continuou a ter despesas com o padre comissário pelo menos até Agosto de 1868. Em 1870 (1), a Ordem ainda dispunha de um irmão, João Ladislau de Mendonça, que fora “vigário do culto divino” em 1859 (2). No entanto, não encontrámos referências de que ainda exercesse o cargo de padre comissário.

O Livro de Acórdãos da Ordem Terceira de São Francisco (3) parece corroborar as dificuldades financeiras da Ordem Terceira. Entre 1845 e 1858 a mesa da Ordem Terceira de São Francisco toma posse de um legado testamentário do irmão António Varela Correia. Em testamento datado de 1783, este irmão legou vários alqueires de trigo e de centeio no Vale Verde (concelho de Santiago do Cacém) e na Herdade do Incenso, com vista a instituir um hospital para o tratamento dos irmãos doentes. No entanto, a Ordem toma posse dos bens somente após a morte de todos os herdeiros do irmão António Varela Correia e de mover um pleito contra D. Luísa Teresa de Andrade, que recebeu os foros indevidamente. A documentação não menciona a identidade desta última.

Em 30 de Julho de 1858 a mesa da Ordem Terceira de São Francisco decide, dado que o valor do legado era insuficiente para a construção de um hospital, ceder esse rendimento à Santa Casa da Misericórdia, para que esta criasse uma enfermaria para os irmãos da Ordem Terceira no seu Hospital. Desta forma, a irmandade reconhece implicitamente que não dispõe de rendimentos para a construção do hospital, o que corrobora, pelo menos em parte, os argumentos posteriormente aduzidos pela Ordem Terceira.

Desta forma, em 22 de Maio de 1870, a mesa da Irmandade vota favoravelmente o requerimento da Junta da Paróquia que enuncia os argumentos favoráveis à extinção. A mesa “(...) aprova a referida extinção por achar verdadeiras todas as razões allegadas para ellas; resolução esta que foi tomada por unanimidade de votos dos vogaes da meza presentes.” Os irmãos votaram ainda “por unanimidade de votos” a entrega dos bens da Ordem à Junta da Paróquia.

Em 1871 a Ordem Terceira da Penitência foi extinta e os seus bens e rendimentos foram incorporados definitivamente na Junta da Paróquia de Sines, e os seus bens entregues à paróquia pelo Governo Civil de Lisboa (4).

Tendo em conta que as suas despesas eram cultuais e de funcionamento e que o século XIX foi já um período que pôs em causa as agregações religiosas em detrimento das associações de cariz social, pode ser uma hipótese que a dissolução da irmandade fosse favorecida para que a Junta da Paróquia contasse com mais uma fonte de rendimentos. De facto, na segunda metade do século XIX, como paróquia de um concelho extinto, a Junta tinha despesas com obras na paróquia, como o arranjo de caminhos e calçamento de ruas. É esta a razão invocada na proposta do António Daniel, em 1870 (5).

Por outro lado, as formas de sociabilidade e de assistência, assim como a difusão de uma mentalidade secular através da publicação e difusão da leitura de publicações periódicas e de outras obras colocaram em segundo plano as confrarias e irmandades. Em Sines, por exemplo, Francisco Luís Lopes (6) refere-se à Sociedade Filarmónica, fundada em 1846, a provável antecessora da Sociedade Filarmónica fundada em 1898 (7).

Da mesma forma, organizam-se bibliotecas e associações de recreio pelo país. Francisco Luís Lopes refere ainda a existência e a circulação de vários jornais em Sines, em meados do século XIX, através de um “club de entretenimento e leitura” (8), fundado por Gervásio Ferreira Rego em 1842.

A extinção da Ordem Terceira significou que os encargos de manutenção da Igreja transitaram para a Junta da paróquia. A Junta da Paróquia arrendava a casa, sendo que o rendimento serviria para a gratificação ao tesoureiro da matriz, entregue doravante da limpeza da igreja (9).

A implantação da República, em 1910, produziu um movimento de laicização da sociedade portuguesa, assim como a separação do Estado da Igreja. Os bens das igrejas foram arrolados e nacionalizados. No que concerne à Igreja de Santa Isabel e as seus bens móveis, foi descrita em 1915 como tendo “anexos ao sul um corredor e a sacristia ao poente uma pequena casa para arrecadação e com entrada pelo lado norte, uma casa que serve de habitação a qual tem três compartimentos varanda e quintal. Tem uma sineta (10).”

A igreja, também conhecida como “do hospício”, foi cedida à Câmara Municipal de Sines pela Comissão Concelhia da Administração dos Bens das Igrejas em 1921 (11), pelo preço de mil e cem escudos. O edifício foi cedido aos Correios e Telégrafos de Portugal, e foram realizadas obras que aproveitaram as paredes de suporte da igreja mas que alteraram a sua configuração original. Em 1945 (12) a Igreja Católica reivindica ainda, sem sucesso, a posse da mesma, onde já funcionavam os Correios e o Telégrafo.

A história da Venerável Terceira de São Francisco, em Sines, apresenta várias lacunas e deixar por responder a várias questões. Deixo-vos então este desafio: visitem o Arquivo Municipal, consultem os nossos documentos, procurem pistas pelos arquivos nacionais... Estão convidados a preencher as lacunas desta história incompleta!

Sandra Patrício

(1) 1870, Maio, 22, Acta da sessão da mesa da Irmandade da Venerável Ordem 3ª da Penitência. Os vogais da mesa concordam com as razões aduzidas pela Junta da Paróquia no sentido da extinção da Irmandade e votam pela extinção da mesma e entrega dos rendimentos à Misericórdia. PT/CMSNS/JFSNS02/ Livro de registo de acórdãos da Ordem Terceira de São Francisco. Fl.8v-9.

(2) 1859, Setembro, 26, casas do capítulo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco – Acta e accordão tomada em assembleia-geral e extraordinária da Venerável Ordem Terceira da Penitência da Villa de Sines. Fl.7v-8v. Aprovação da entrega do legado de António Correia Varela à Santa Casa da Misericórdia de Sines. PT/CMSNS/JFSNS02/ Livro de registo de acórdãos da Ordem Terceira de São Francisco. Fl.7v-8v.

(3) PT/CMSNS/JFSNS02/ Livro de registo de acórdãos da Ordem Terceira de São Francisco. Fl.2-9.

(4) 1871, Abril, 27, Sines – A Junta toma posse dos bens da Confraria da Ordem Terceira de São Francisco. PT/CMSNS/JFSNS02/H/1/2/fl. 91-92.

(5) 1870, Abril, 28, Sines – Sob proposta de António Daniel dos Santos, vogal da Junta da Paróquia, decide-se solicitar ao Governador do Distrito a incorporação

(6) LOPES, Francisco Luiz – Breve Notícia de Sines, Pátria de Vasco da Gama. 1ª ed. Lisboa: Typographia do Panorama, 1850, p.96.

(7) 1927, Agosto, 16, Sines – A Sociedade Filarmónica Sineense Pedem a cedência do coreto no Rossio, oferecido ao município pelo CRS. PT/CMSNS/H/EXP/Correspondência recebida.

(8) LOPES, Francisco Luiz – Breve Notícia de Sines, Pátria de Vasco da Gama. 1ª ed. Lisboa: Typographia do Panorama, 1850, p.94-95.

(9) Ver, por exemplo: 1877, Maio, 30, casas da extinta Câmara – A Junta da paróquia decide arrendar a casa junta à Igreja do Hospício. PT/CMSNS/JFSNS02/H/1/3/fl. 5-5v.

(10) 1915, Janeiro, 20, Sines – Traslado do arrolamento feito pela Comissão Concelhia de Arrolamento dos bens das igrejas em 21 de Agosto de 1911. PT/CMSNS/CCI/H/Inventário dos bens. H/D.11/2/A/1

(11) 1921, Julho, 7, Sines – Termo de entrega da Igreja do Hospício à Câmara Municipal de Sines. PT/CMSNS/CCI/H/Termos de entrega. H/D.11/2/A/1

(12) 1945, Abril, 3, Sines – O presidente da Câmara Municipal de Sines responde ao ofício do pároco da vila, que solicitava a devolução das igrejas de Santa Isabel e de São Marcos. PT/CMSNS/H/CMSNS/EXP/Correspondência recebida.